

**IV Congresso Científico Internacional da RedeCT-[congresso.redect@gmail.com](mailto:congresso.redect@gmail.com)  
07 a 10 de novembro de 2023 – UNAMA/PA e FAAC-UNESP / Bauru/SP  
Universidade da Amazônia – UNAMA (Campus Alcindo Cacela/Belém – PA, Brasil)**

## **GT 2 – Educação Escolar Indígena**

**Reinaldo de Jesus Cunha<sup>1</sup>**

**Kelly Russo<sup>2</sup>**

**Ana Beatriz<sup>3</sup>**

**Eliane Potiguara<sup>4</sup>**

### **Título: A Educação Indígena no Caminho da Onça & Resistência ao Etnocídio de Estado**

O presente artigo tem o objetivo, de traçar um panorama da Educação Indígena no Estado do Rio de Janeiro, a partir da Resistência ao Etnocídio de Estado, perpetuados ao longo dos anos aos povos originários, que vivem em aldeamentos no Estado do Rio de Janeiro, em particular: os Guarani que vivem nos Aldeamentos em Angra dos Reis, Paraty e Marica, Aldeias: Mata Verde Bonita- Maricá/Tekoa Ka' AguyOvy Porã; Ka'aguyHovy Porã; São José do Imbassá/Ká aguy Hovy Porã; Guarani Mbya, Araponga/Tekoá Guyraitapu Pygua; Guarani Nhandeva, Rio Pequeno; Guarani Mbya TekoaItaxi Mirim; e Aldeia Pataxó, KãñãPataxiÜi Tanara. Buscaremos no presente trabalho, sintetizar os principais demandas para o perfeito funcionamento das escolas, como: A falta de professores indígenas e/ou concursados para as escolas em Contexto de Aldeamentos; Falta de material didático e pedagógicos; Eleição para Diretores de Escolas; Reformas dos Equipamentos de Escolas e Salas de Extensão; Disponibilidade de internet para Escolas e Salas de Extensão; Cursos de qualificação profissional para alunos preparando para o mercado de trabalho, priorizando a vocação das aldeias para o artesanato, dentre outros. Como sabemos: a tradição e passagem do conhecimento aos povos originários materializa-se pelo saber ancestral e oralidade. Ontem como hoje, a cultura do saber cosmológico, está alicerçado pelo conhecimento adquirido pelos pajés, anciões e griôs, que são passados de pai para filho, neto, bisneto, tataraneto as futuras gerações, impactando o modelo ocidental de mundo, que considera a escrita a única forma de conhecimento.

**Palavras-Chave: Educação Indígena; Caminho da Onça; Etnocídio.**

<sup>1</sup> Mestrando em Antropologia Social, UFRJ/Museu Nacional – reinaldopotiguara@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação Brasileira (PUC-Rio), Mestre em Ciências Sociais e Educação (FLACSO-AR); Pós-Doutorado em Antropologia Social (PPGAS-Museu Nacional) e em Educação e Interculturalidade (Centro de Estudos sobre Etnicidade e Educação da Universidade de Montreal). Kelly Russo <kellyrussobr@gmail.com

<sup>3</sup> -Enfermagem, FAETC – Secretaria de Estado e Educação do Estado do Rio de Janeiro, e-mail: [biapazaraujo72@gmail.com](mailto:biapazaraujo72@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutora honoris causa pela UFRJ; Formada em Letras e Educação[2], licenciou-se em Letras (Português e Literatura) e Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e tem Especialização em Educação Ambiental pela UFOP.

## **A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO CAMINHO DA ONÇA & RESISTÊNCIA AO ETNOCÍDIO DE ESTADO**

### **Consideração Iniciais**

A Educação Escolar Indígena: “constitui modalidade de ensino, definida nos termos do Decreto nº 6.861/2009 das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, devendo ser garantidos princípios como igualdade social, diferença, especificidade, bilinguismo e interculturalidade”. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação (2001) menciona: “valorizar os saberes indígenas, com seus complexos sistemas de pensamento, proporcionando aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias”. Não se pode precisar a quantidade de povos indígenas no Município e Estado do Rio de Janeiro, embora o último censo de 2022, estimou em [16.964](#) nos dois contextos: os indígenas em contexto urbano e aldeamento. Sabemos que devido ao apagamento cultural forçados pelos colonizadores: muitas pessoas omitiram suas identidades, pelo etnocídio e/ou por questões de sobrevivência. Havia um dirigismo institucional no Brasil colônia para as pessoas anularem suas identidades, sejam elas negras e indígenas. Na questão educacional: O Plano Estadual do Rio de Janeiro, página 23, instituída pelo Decreto n.33.033/03, criou a categoria “escola indígena” no âmbito da Educação Básica. As normas para a criação da categoria foram estabelecidas pela [Deliberação do Conselho Estadual de Educação 286/03](#), que aprovou o Regimento e a [Proposta Pedagógica](#), assim define: A educação escolar indígena é uma modalidade da educação básica que tem como o objetivo: Recuperar a memória histórica dos povos indígenas; Reafirmar a identidade étnica dos povos indígenas; Valorizar as línguas e ciências dos povos indígenas; Serem comunitárias; Terem currículos interculturais, diferenciados e bilíngues; Sistemas próprios de ensino e aprendizagem, Incluir conhecimentos indígenas e conteúdos universais e Ensinar a língua indígena como a primeira língua. A educação escolar indígena surgiu na década de 1970, como contraponto a escola tradicional. O Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Estado do Rio de Janeiro, no Dossiê: A Educação Escolar no Rio de Janeiro; extraído, adaptado e ampliado de: “A Educação Escolar das Comunidades Tradicionais de Paraty. Um balanço de 2 anos do Plano Municipal de Educação (2015- 2017) Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada. FCT- Fórum de Comunidades Tradicionais Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba. No documento foram estabelecidas as normas para a autorização, estrutura e funcionamento destas Escolas Indígenas; que sucedeu a criação da Escola Indígena Estadual Guarani Karáí Kuery Renda, na aldeia Sapukai, no município de Angra dos Reis; E das Salas de Extensão Tava Mirim (aldeia Itatim) e Karáí Oka (aldeia Araponga), ambas no município de Paraty”. Segundo o documento de fácil acesso em redes sócias, que está desatualizada: as três escolas indígenas apresentavam, ao todo, 249

alunos matriculados no Ensino Fundamental, dividido em quatro ciclos, com duração total de dois anos. Esses alunos são atendidos por sete professores bilíngues guaranis Mbya, que foram contratados mediante a Resolução SEE-RJ n° 3.279, de 25 de agosto de 2006. Em 2018. Outro passo importante foi a criação do [CEDIND](#)- Conselho Estadual dos Direitos Indígenas no Estado do Rio de Janeiro, “órgão colegiado permanente com caráter consultivo no âmbito da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos (SEDHMI), responsável pela coordenação do Cedind”. Ainda consultivo, mas já com grande atuação tanto no Contexto Urbano e Aldeamento, vem desempenhado papel preponderante na defesa dos povos da floresta. Entre as principais atribuições, o conselho propõe: “Encaminhamento de denúncias de violações dos direitos indígenas; Fomento e desenvolvimento de programas sociais, econômicos, culturais e educativo”. Ao total são 24 membros Efetivos com seus respectivos Suplentes: divididos por 6 em contexto de aldeamentos e 6 em Contexto Urbano e por entidades em Defesa dos Direitos Indígenas. Além da participação de Conselheiros, representantes de secretarias respectivas: educação, saúde, cultura, esporte, meio ambiente e outros. Além da presença de convidados permanentes: UFRJ/Museu Nacional, UNIRIO, UERJ, ABA, UFRRJ, Fundação Darcy Ribeiro, Ministério Público Federal e Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e outros. Para melhor operacionalizar o Conselho foram instituídas Comissões Temáticas, por Eixo de atuação: Comunicação, Educação e Cultura; Território e Meio Ambiente, Saúde e Saneamento; Planejamento Monitoramento e Avaliação, Economia Solidaria e Orçamento. Para o ano de 2021, já foram aprovados o “Plano de Ação” com as respectivas estratégias de ações. Recente, a Comissão de Educação agendou uma pauta com o Secretário de Educação para tratar dos gargalos da Educação Escolar Indígena, onde apontou as seguintes demandas urgentes: Criação do Cargo de “Professor Indígena” para atuação nas escolas estaduais e em sala de extensão: Paraty, Angra dos Reis e Marica, e/ou ampliando para as escolas estaduais; Conexão Digital nas escolas, para facilitar o acesso à internet; Reforma, pintura da Escola e Extensão; Eleição Direita para Diretores; Envio de Material Didático e Pedagógico; Apoio logístico para permanência do professor no seu deslocamento para as aldeias, como: hospedagem e transporte; Criação de Escola específica de Magistério para formação docente e capacitação de professores indígenas e não indígenas dentre outras prioridades.

### **Radiografia de Espaços Indígena**

**Aldeia Maracanã** - Em plena selva de pedra vertical, em terreno valioso, um antigo Museu do índio em ruínas, espera para ser demolido ou reconstruído pelas autoridades competentes. “O prédio onde funcionava o Museu do Índio foi construído pelo Duque de Saxe em 1862 e doado em 1910 ao Serviço de Proteção aos Índios, órgão estatal comandado pelo Marechal Rondon, quando de sua criação em 1910. O objetivo de sua criação inicial, era que o espaço abrigasse indumentárias, em área de preservação da cultura indígena brasileira. Inicialmente, o prédio abrigou a sede do órgão federal, e posteriormente, entre 1953 e 1977, abrigou o Museu do Índio, criado por Darcy Ribeiro. Após essa data, o museu foi transferido para Botafogo e o prédio ficou abandonado”. E a

partir do ano de 2006, em retomada histórica, de ressurgência, dezessete etnias indígenas ocuparam o imóvel abandonado com o objetivo do restauro de suas ruínas, para a criação de Um Centro de Referência dos Povos Originários/Universidade Indígena. De 2013 à 2020, podemos concluir que algumas conquistas foram alcançadas pelas dezessete etnias ocupantes do Antigo Museu do Índio: dentre elas: A criação do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) órgão paritário, com participação: governo/sociedade civil, Movimentos Indígenas, ONGs de Defesa de Direitos da Causa Indígenas em Contexto Urbano; E a participação das Aldeias em Contexto de Aldeamento no Estado do Rio de Janeiro. A luta pelo restauro do Antigo Museu, sofreu grade resistência por parte do governo do Estado, que queria a sua demolição para criação de uma garagem para atender a um ‘Shopping Center’, em contraposição a criação de um “Centro de Referência/Universidade Indígena”. Este último em articulação com o novo governo em exercício Claudio Castro, devido ao afastamento do governador eleito Wilson Witzel. Atualmente o espaço continua em ocupação por algumas etnias indígenas, que reivindicam a Reforma do Antigo Museu para Criação de uma Universidade Indígena administrados por eles. O espaço tem sido pauta de reuniões entre os Aldeados e de Contexto Urbano em articulação com o CEDIND para seu imediato restauro. Ainda não tem dotação orçamentária específica, mas já conta com um projeto idealizado pela Associação Aldeia Maracanã. Ainda em ruínas, em recente reunião Ordinária do Cedind, foi aprovado a solicitação aos órgãos competentes, a visita de órgãos de ‘Defesa Civil’, para elaboração de um laudo pericial, pois o imóvel pode causar acidente as etnias que se encontram no seu interior; Devendo inclusive contar com a presença de autoridades para dotação de recursos para o restauro. O destino do imóvel ainda é incerto, porém, acreditam as lideranças indígenas que possam ser instrumento de fomento e geração de conhecimento; Venda de artesanatos para geração de renda; Cursos de capacitação para professores da rede pública; Apoio a atividades culturais indígenas nas escolas, na realização de atividades artísticas, culturais e educativas; e por último: uma universidade pluriétnica indígena, administrada pelos próprios indígenas. Atualmente segue sem solução aparente, mas os esforços estão sendo feitos para uma agenda para a cidade. Nesses 521 anos do calendário de Juruá, da presença dos povos indígenas no Rio. O nome “Carioca” não é por acaso. Espera-se que o Governo resolva o impasse já que do outro lado, há os que advogam que ali deveria funcionar um Shopping Center, alegando que o terreno é muito valioso e a região é muito valorizada. Mas, independentemente de posições contra e a favor do ‘Restauro do Museu do Índio’, o dialogo se faz presente, sendo pauta permanente para cidade do Rio de Janeiro. Recente, Deputado de Extrema Direita tem advogado que aquilo Lá, é “Lixo Urbano”, e deve dar lugar ao Shopping, o que tem sido rechaçado pelas lideranças indígenas. Foi encaminhado a ALERJ, um pedido de advertência ao Deputado pela Comissão de Ética.

**Aldeia Vertical:** Em 2010, foi demolido o Complexo Penitenciário da Frei Caneca, construído em 1850, o primeiro presídio do país, para dar lugar um Conjunto habitacional. Em 2014, foi construído em seu lugar o projeto: ‘Minha Casa, Minha Vida’, conjunto de habitações populares do governo, para atender a população de “baixa renda”. Ainda na gestão do antigo Governador Sergio Cabral, em 2013, cerca de 20 indígenas ocupantes

do Antigo Museu do Índio, inicialmente, deslocados para Jacarepaguá em Curupaiti, Zona Oeste do Rio. Lá permaneceram por um período de um ano. Após acordo com a Secretaria de Assistência Social do Estado do Rio, e lideranças indígenas. Um grupo de vinte indígenas aceitaram morar no Conjunto Zequeti na Praça Onze no Bloco quinze.

Segundo o Cacique da Aldeia Maracanã, Carlos Tukano: “Foi uma saída para um segmento marginalizado que são os povos indígenas, terem um pedaço de chão”. Em entrevista dada a imprensa ao Jornal Extra, 11/08/14, a jornalista Pamela de Oliveira, em entrevista com Carlos Tukano, publicizou:

[...] “Aqui não pode nada e, ao mesmo tempo, pode tudo. A gente não pode furar a parede para pendurar a rede sem autorização. É proibido fazer fogueira para assar um peixe no gramado. Não temos local para fazer nossas danças, nossos rituais. Ao mesmo tempo, a desordem é grande. Outros moradores não respeitam as regras: ligam aparelhos de som tarde da noite e correm com motocicletas nas áreas que deveriam ser usadas por pedestres — analisa o cacique, que nasceu no Amazonas. — Aqui não pode nada e, ao mesmo tempo, pode tudo. A gente não pode furar a parede para pendurar a rede sem autorização. É proibido fazer fogueira para assar um peixe no gramado. Não temos local para fazer nossas danças, nossos rituais. Ao mesmo tempo, a desordem é grande. Outros moradores não respeitam as regras: ligam aparelhos de som tarde da noite e correm com motocicletas nas áreas que deveriam ser usadas por pedestres — analisa o cacique, que nasceu no Amazonas. O índio Arassari Pataxó, de 26 anos, estranha o sabor da comida preparada no fogão a gás. Ele ri ao contar que pega o metrô para comprar peixe em Copacabana e assar no forno. — Na aldeia, a gente pesca nosso peixe, faz a fogueira com madeira e assa. Fazíamos isso no antigo museu e também em Jacarepaguá, para onde fomos levados antes dos apartamentos. Aqui não temos espaço. A comida no forno é diferente, não tem o sabor do prato preparado na lenha — compara o índio, que diz ter vindo ao Rio para estudar”.

A Aldeia Vertical, segundo o trabalho publicidade em Redes Sociais, Camila Bevolaqui, Doutoranda em Antropologia Social pelo PPGAS, 2017, “Vivências indígenas no Rio”. Referenciando a trajetória de três indígenas: Niara, filha de pais Fulni-ô e Cariri; Iracema que de família Pankararu; e Dauá José da etnia Puri” em Contexto Urbano:

[...] “Seguindo a concepção de aldeia aparente na fala dos meus interlocutores, essa parece ser definida mais pelas relações ali traçadas do que por um espaço físico. É assim como eles, pelo menos, entendem seus deslocamentos da antiga Aldeia Maracanã para containers onde ficaram temporariamente em Jacarepaguá, até seu estabelecimento na Aldeia Vertical. Uma vez me disseram que o antigo prédio da Aldeia Maracanã não era mais uma aldeia por não ter mais índios no local, quando o prédio foi evacuado. Em um contexto de lidar com indígenas de uma aldeia Fulni-ô, ficando em sua casa, Niara chamou a atenção deles de que ali também era uma aldeia, por mais que fosse vertical, e que o respeito aos mais velhos devia ser praticado assim como na sua aldeia. Ela também afirma que cada

apartamento é uma oca. De fato, algumas pessoas colocam imagens e placas na porta dos seus apartamentos referentes às suas etnias. Uma aldeia se constitui assim, não apenas como um espaço físico, mas como um tecido relacional, definida pelas relações estabelecidas entre seus moradores, independentemente do local que ocupam” resumiu.

Atualmente Niara do Sol e Daua Puri, desenvolvem um trabalho de horta comunitária, que tem despertado o interesse dos moradores, estudantes da rede pública, universidades e Museus. Carlos Tukano, presidente da ONG, Aldeia Maracanã, atualmente é presidente do CEDIND – Conselho Estadual dos Direitos Indígenas, em Contexto Urbano. Além de rodas de conversa, massagem terapêuticas e culturais

### **Demandas Nas Aldeias**

**Aldeia Mata Verde Bonita – Marica/Tekoa Ka' AguyOvy Porã:** No dia 27 de Fevereiro de 2019, estivemos presente na realização da V Reunião Ordinária do CEDIND/ Conselho Estadual dos Direitos Indígena na Aldeia Mata Verde Bonita, com a presença de Conselheiros do Contexto Urbano e Aldeados, além de várias autoridades dos entes federados da administração pública em instância municipal, estadual e federal, para tratar de temas, como: Ocupação do Território Guarani (Tekoa Ka' AguyOvy Porã); Contratação de Professores Indígenas e Reforma na Escola Guarani. Pelo que tomamos conhecimento: a aldeia sofre com problemas os mais variados de infraestrutura devido a situação atual da não legalização do território. Conhecendo a os guaranis por relatos da imprensa, portal das Nações Unidas de 17/12/17, pela equipe da (UNIC Rio): **A Aldeia Mata Verde Maricá:**

[...] “A língua guarani mbya é difícil de ser esquecida. Tem gente que diz que nós não somos índios. Mas nós trabalhamos com isso, vivemos com isso, é a nossa cultura”, diz. “Falar a língua materna indígena mantém as crianças pensando em guarani e sonhando em guarani”, afirma o professor Domingos Nobre, do Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Nobre explica que a educação tradicional indígena é um fenômeno social em que os mais velhos transmitem seus conhecimentos às gerações mais novas, por meio dos exemplos e do convívio comunitário. “Ela se dá de forma contínua, regular e está baseada prioritariamente na tradição oral. Não depende, portanto, de escola nem de escrita”, afirma o educador. Para ele, a implantação de escolas indígenas bilíngues, diferenciadas e interculturais representa a imersão de crianças e jovens no universo do letramento. “As escolas possibilitam o uso da língua portuguesa para a defesa de direitos étnicos, permitindo a inserção de jovens lideranças num campo de disputas simbólico, onde a escrita e os conhecimentos ocidentais pesam para uma maior conquista de direitos sociais, como à saúde, à terra e à cultura”, afirma o professor. (Site/povos indígenas do Brasil, 2017).

Sobre a ocupação da Aldeia Mata Verde Bonita “Tekoa Ka' AguyOvy Porã”, nos conta Darci Tupã: que a ocupação foi uma articulação política na comunidade guarani com a Administração Municipal de Marica, em diálogo com o ex-prefeito o Ex. prefeito, Quaquá, após ataque criminoso na Aldeia Mata Verde Bonita no Bairro São José do

Imbassaí- Restinga de Maricá. Sobre a Língua e a Educação Indígena, e ocupação de Território argumenta Tupã, (Idem, Nações Unidas ONU,2017).

[...] “Aqui onde estamos sempre foi rota e caminhada natural dos guaranis. Temos uma história muito linda com o povo de Maricá, sem nunca abrir mão de nossa cultura. A melhor maneira de promover nossa causa é recebendo as pessoas na aldeia, seja pelo esporte, turismo, educação. E muitas vezes, por causa das políticas mal dirigidas à nossa cultura, nós pisamos em espinhos. Mas com tantas caminhadas, já estamos calejados. Então, que esse espinho possa se quebrar e nossos pés possam se curar para que nunca se ande para trás, sempre para frente. E a palavra que eu encontro em guarani é ‘mbya ete’: forte”.

A professora História da rede municipal de Angra dos Reis/RJ. Membro do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Culturas (GPMC), militante da causa indígena e sindicalista. Doutoranda, Katia Antunes Zephiro1 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Aloísio Monteiro, Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC/UFRRJ). Professor da Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ. Coordenador do Núcleo de Estudos de Tradições Indígenas e Negritudes (NETIN) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) disponibilizado na Rede na ABATIRÁ - REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGENS Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XVIII V1: n.2 Jul: Dez: 2020. p. 1- 754 ISSN 2675-6781, com a relação à pedagogia indígena, analisou:

[...] “Numa educação intercultural os conhecimentos dos de dentro (dos povos indígenas) e dos de fora (de matriz europeia) deveriam ser ensinados de forma simétrica e dialogando de forma atender os projetos comunitários de futuro do povo ao qual vai atender. Assim haveria a garantia de que esses povos conseguiriam dominar os conhecimentos da sociedade envolvente para enfrentar os desafios colocados por ela e trabalhariam a manutenção e conservação dos seus conhecimentos e tradições que devido aos ataques sofridos por séculos, muitas vezes acabam se enfraquecendo”. [...] Essa educação escolar é a intercultural que garante que os conhecimentos indígenas estejam dentro dela, numa situação de igualdade com os conhecimentos ocidentais. Nem todos os processos de escolarização garantem essa alternância de conhecimentos de forma simétrica e justa, mas esse é um desejo e uma luta dos povos indígenas quando se fala de educação escolar. Não mais uma educação para integrar, assimilar e promover o epistemicídio e a subalternização dos conhecimentos indígenas, mas uma educação que promova a ecologia dos saberes (SANTOS & MENESES, 1988)”.  
Analisou.

A escola ainda é muito precária já que está funcionada precariamente em um container, com carência de professores, material didático, instalações físicos pedagógicos, e/ou mesmo a criação de uma escola guarani. O argumento para a sua melhoria esbarra sempre no discurso que a área é ocupada. No presente a Coordenação da Comissão de Educação e Cultura, busca junto ao secretário de Educação do Estado do Rio, a solução definitiva

para a contratação de uma escola descente e a contratação de professores indígenas para o seu pelo funcionamento.

**Aldeia Ka`aguy Hory Porã – S. José do Ibassai Marica: 25/10/19:** Em Vinte Cinco de Outubro de Mil Novecentos e Noventa e Nove, estivemos em Reunião Ordinária na Aldeia Céu Azul, para levantar as demandas da comuna indígena, para dar prosseguimento às reivindicações nas áreas: “educação, saúde e território”. A reunião foi aberta pela Conselheira Luana Braz da (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos), devido as ausências justificadas dos presidentes Carlos Tukano, Contexto Urbano e Nino Vera, representantes dos Aldeados. Após os informes de praxes, Foi dada a palavra ao Cacique Felix, que saudou todos os presentes, falando do imbróglia da manutenção no território, e que já tem uma articulação com a prefeitura de Maricá, para um novo terreno, A princípio aguarda o desfecho com a prefeitura. Luana Braz sugere uma nova reunião com o procurador, e a prefeitura de Maricá, para formalização do Terreno. Vanderlei da Silva pede a fala e explica que a aldeia está com um plano de mudança e com a ajuda do Município, da Secretaria de Direitos Humanos e do Prefeito. “Já está tudo pronto só faltando algumas atualizações do procurador, e que a aldeia está com muitas expectativas”. Argumentou que Cacique Felix gostou do terreno, pois lá tem um espaço maior, que dá para utilizar com o plantio, a criação de animais, entre outros projetos que foram pensados para o local. O Cacique Feliz, diz ter dúvidas da mudança do Local, porque até o presente não recebeu documentação, que comprove oficialmente a propriedade ou termo de posse do local. Representando a Prefeitura de Marica, a Sra. Maria Oliveira, disse que já consta estudo do local e apresentou a planta do local, explicando os pormenores do lugar, bem como, as futuras ações que irão acontecer ali naquela terra. Ela diz que só está aguardando o procurador do município de Maricá se pronunciar, para elaboração da a escritura com o Termo de Doação. Com a palavra Toni Lotar indígenista, lembrou que a FUNAI já esteve no local para verificar se a área é viável e que segundo ele também estão de acordo. Disse também que a EMATER já esteve no local verificando possibilidades para criação de peixes e que o ITERJ irá fornecer um topógrafo para contribuir com o trabalho. Com relação a situação da educação Indígena no território. A professora Rejane Macedo, da *Escola Municipal indígena Guarani Kyringue Arandua, de Itaipuaçu*, aproveitou para comentar a real situação da escola, onde traçou um panorama da situação atual. A mesma falou que a escola contam com dois professores não indígenas concursados e dois professores contratados guaranis que são professores atuantes dentro de sala de aula, Segundo Rejane Macedo: “A escola é constituída com turmas de Pré-II até o 5º ano e trabalhando o currículo da base nacional comum curricular”. A Conselheira Marize Vieira, Coordenadora da Comissão de Educação do Cedind, falou que é importante ter na Secretaria de Educação de Marica, indígenas que possam fazer intermediação com as escolas indígenas. A Professora Rejane Macedo, concordou e disse que a Sandra Benites e Carol Potiguara, fizeram essa intermediação, porém, com divergências de metodologia de ensino e pesquisa, houve conflito de interesses com as Aldeias, levando ambas se afastarem. O indígenista Toni Lotar concordou com os argumentos, dizendo que realmente foi o que aconteceu. Continuando: A professora Rejane Macedo, reiterou falando que o trabalho dos

professores é muito bom. Perguntado se o material didático é em guarani: a mesma respondeu que não, mas que está sendo providenciado. Com relação ao quantitativo de alunos na escola, Rejane disse que no total a escola possui 15 alunos matriculados; no 5º ano tem três, quatro no 4º ano, e oito alunos no pré-II, e no segundo ano. A faixa de idade dos alunos de 16 e 17 anos, é o 5º ano. “Estamos acompanhando os alunos em outras escolas e também vendo a possibilidade deles fazerem o EJA”, disse. A Marize Guarani, disse que há uma demanda em São Jose do Imbassai e Paraty Mirim, e que temos que pensar em trazer para aqui escola para jovens e adultos para cá, pois os alunos sofrem bullying, “que é a prática de atos violentos, intencionais e repetidos contra uma pessoa indefesa, que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas”. Resumindo, a professora Rejane disse que compreende a situação e fez os seguintes relatos:

[...] “Portanto é feito um trabalho diário a respeito da cultura guarani, lembrando que faz parte da escola um professor de educação física que conta também com uma perspectiva de adaptação de currículo nessa parte, a escola funciona regularmente com visitas de inspeção escolar da Secretaria de Educação e as outras Secretarias que vão fazendo também um trabalho Inter sensorial. Ela enfatiza que a saúde igualmente visita a escola, pesa, mede e avalia os alunos, e quando se faz preciso os Direitos Humanos também são acionados, ela continua sua fala explicando que a parte da alimentação na escola, quando acionados, ela continua sua fala explicando que a parte da alimentação na escola, como o cardápio, é de acordo com a cultura guarani existindo então uma adaptação no cardápio respeitando essas especificidades, que é feito o pedido de merenda em um formulário que conta uma parte exclusiva para alimentação indígena, onde a mesma pode fazer pedidos específicos como trigo, fubá, milho entre tantos outros itens da culinária guarani, e a merendeira é uma funcionária indígena guarani. Ela ressalva que tudo é feito com acompanhamento de nutricionista. Sobre os recursos pedagógicos contam com uma biblioteca repleta de livros, disponibilizam material de uso pessoal assim como o uniforme, o tênis e lembra que recebem agora um parquinho que irá ser instalado na área externa. (Resumo: Ata Ordinária Sumaríssima Cedind - 25/10/19).

Finalizando a Assembleia Geral, o Cacique Felix encerrou a reunião dizendo estar muito feliz com o encontro. “Eu não esperava que essa reunião transcorresse do jeito que foi. Porém, graças a “Nnhanderu” veio uma luz e o caminho certo. Espero que possamos mudar e sei que é um desejo de todos das aldeias. Todos estão ansiosos para essa mudança e não vejo a hora para nós estarmos morando nessa nova aldeia” agradeceu.

**Educação Indígena – Araponga:** A Assembleia Geral Ordinária do CEDIND, foi realizada na Aldeia Araponga, em 31 de maio/2019, na “TekoáGuyraitapuPygua” (pronunciada/GuãraitapúPã'guá/). A aldeia é conhecida pelos não-indígenas como Aldeia Araponga. A aldeia está localizada em comunidade indígena guarani no município de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, em unidade de conservação ambiental no Distrito de Patrimônio. Abrindo a solenidade. O vice Cacique Nino Weraí', presidente do CEDIND, representante dos povos Aldeados, parabenizou a todos os presentes, relatando os principais pontos importantes ao seu ver: “O objetivo principal da presença de todos, aqui em Araponga, é conhecer os problemas de perto e ver a nossa realidade, principalmente

no acesso pela estrada que liga a aldeia. Além disso: temos o problema da iluminação elétrica precária em Araponga; Os problemas do atendimento de saúde e de educação, pois, estamos sem médicos, sem a contratação de professores, e não dispomos de material pedagógico, para o funcionamento da escola. São muitos assuntos para tratar, porém, algumas conquistas estão a caminho como: Já podemos observar a melhoria da estrada para chegar em Araponga. As coisas estão acontecendo, mesmo que imperceptível”, salientou Com relação as demandas de Educação Nino Vera comenta: “A Escola-Extensão de Araponga, não tem nada: não tem professor/ material didático ou recurso para a escola funcionar”, externando revoltosa. Em seguida foi dada a palavra ao Alexandre da Juventude indígena que comentou que a grande dificuldade dos jovens indígenas era a repetência:

“Foi muito difícil a continuidade no ambiente escolar, pois, os obstáculos, preconceitos são muito grande. Consegui terminar o fundamental e o básico com muitas dificuldades. Fui para Ubatuba que tem uma escola de ensino médio regular, que são mais sensíveis aos indígenas. Minha meta é fazer o ENEM e curso de cinema para divulgar o nosso saber, a nossa cultura. Dessa forma penso em compreender as nossas dificuldades na área de saúde e educação. Tenho aprendido muito com os mais velhos da aldeia, e é isso que nos dar força para continuar. Alguns brancos até procuram saber sobre nossa cultura e eu explico a eles. Mas, mesmo assim nos criticam e isso a gente percebe no olhar”. Concluindo, Finalizou: “Acho que faltam os pais dos alunos um conhecimento maior sobre os povos indígenas”, reclamou.

Em prosseguimento o Sr. Nino Benite, pediu aos conselheiros que assumam a responsabilidade de enviar denúncia aos órgãos competentes sobre a falta de livros e professores na escola da aldeia Araponga Com relação a educação, Nino Benite, diz estar tranquilo, pois a diretora, prometeu fazer investimento na escola. Aproveitou também para questionar a todos: ‘Qual o motivo para não ter investimento na Aldeia Araponga?’ “Eu tive que colocar minha filha em Patrimônio para estudar, pois aqui não tem condições de aprender nada” sinalizou. E isso é muito ruim diz: “Os jovens estão deixando a aldeia para ir para a cidade. A professora saiu da escola e não houve ninguém para ser posta em seu lugar”. Com relação à infraestrutura, “Falta material didático e pedagógico; professores e material escolar. Temos que fazer uma reunião com todos os caciques e os responsáveis pela educação indígena para tentar criar condições de se fazer um ensino feito por indígenas com uma estrutura apropriada”, Acrescentou. Com relação ao apoio a permanência do professor na cidade. Nino diz que as aldeias são de difícil acesso, sendo necessário alojamentos para que os educadores permaneçam durante a semana. Com relação ao transporte para chegar na Aldeia Araponga, Nino Benite comentou: Com relação a demandas da situação da Aldeia Araponga, vejamos a Ata Sumaríssima Cedind, dia 31/05/19.

[...] O colégio Bracuhy é o único que tem formação até o ensino médio de alunos indígenas com ensino de professores formados também indígenas. Porém apenas o colégio Bracuhy sozinho não dá conta de todos os alunos indígenas aldeados. O Sr. Nino fala que daqui a 15 a 20 dias irá haver uma reforma na escola, que já está sendo feita em Rio Pequeno. Porém admite que isso já é uma promessa antiga,

feita pela prefeitura e pelos órgãos da Secretaria de Educação, que enquanto fazem promessas tiram mais tempo dos indígenas, que continuam sendo obrigados a deixar a aldeia para rumar a vida longe do restante da família, sofrendo cada vez mais com a exclusão social. A Sra. Marize é membro, no entanto ela pede formalmente a secretaria de Educação que compareça na aldeia para fazer o levantamento de dados de tal forma que torne possível lecionar para as crianças residentes do local. O Cacique Domingos da aldeia Bracuhy já a 3 anos como cacique, técnico de enfermagem e motorista foi convidado a participar da reunião. Ele quer respeito da Educação com a comunidade indígena”

Finalizando a reunião, o Pajé Cacique Acende Fogo, Augustinho da Silva, agradeceu a presença de todos, se dizendo entusiasmado pelo sucesso da reunião e cobrou providencias as demandas apresentadas.

**Rio Pequeno - Guarani Nhandeva:** Em, Vinte Oito de Junho de Dois Mil e Dezenove, em Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos Indígenas – CEDIND, em prosseguimento as reuniões descentralizadas A reunião começou com a fala do Cacique Demeio onde o mesmo fez um balanço das principais demandas da Aldeia, a começar pela Demarcação do Território junto a FUNAI e o Governo Federal, pois o estudo antropológico já foi feito e se faz necessário o prosseguimento do estudo. Segundo o Cacique Demeio, muita gente tem ocupado o território esperando indenização do governo e muitos dos indígenas estão sendo ameaçados por posseiros. A prefeitura de Paraty tinha assumido um compromisso com os indígenas, mas o que estamos vendo, é a prefeitura virar as costas para a comunidade. “Esperamos também que se materialize a indenização aos moradores em nosso território, coisa que ainda não ocorreu. Quando começaram os estudos da demarcação de nosso território, existiam quatro casas. Mas agora, com a possibilidade de acontecer a demarcação, já passam de cinquenta moradias” argumentou o cacique Demécio. Após o relato o Cacique Carlos Tukano presidente do CEDIND do Contexto Urbano e o Vice Cacique Nino Vera, presidente respectivamente dos Aldeados, saudou todos presentes dizendo: Esperamos também que se materialize a indenização aos moradores em nosso território, coisa que ainda não ocorreu. Quando começaram os estudos da demarcação de nosso território, existiam quatro casas. Mas agora, com a possibilidade de acontecer a demarcação, já passam de cinquenta moradias. Com a fala representando as mulheres Guaranis, a Sra. D. Teófila, da aldeia -Tekoha- DJE'Y, Paraty, RJ, que reforçou as palavras do Cacique Demécio, afirmando que a preservação da natureza faz parte da identidade indígena guarani: “Os índios não estão destruindo a natureza. Bem aqui perto, tem pastos que danifica o solo, e nós aqui não destruimos a natureza e por isso queremos a demarcação de nossa terra” ratificou Em resumo da discussão sobre a Demarcação de Rio Pequeno a representante da FUNAI, a Sra. Rosangela argumentou. **Sobre a Aldeia Rio Pequeno:**

[...] “A necessidade de respeitar o tempo das comunidades. Além disso, em seu depoimento relata que o cacique da aldeia Rio Pequeno o Sr. Demécio, comprou as terras ali estabelecidas, e que o termo de compra está na FUNAI e garante os direitos indígenas sobre a terra. Existe um roteiro de qualificação para garantir a demarcação de terras e um grupamento de demarcação de terras, com isso a

prefeitura de Maricá juntamente a FUNAI colocaram as terras sob ordem dos órgãos responsáveis. O estudo preliminar que foi feito em Rio Pequeno garantiu a terra do cacique Demercio, dado o fato informado de que ele comprou aquelas terras já há muito tempo, porém há muito interesse na questão da terra graças à especulação imobiliária. Porém o desenho proposto não dá a entender que o estudo foi pré-elaborado, a contestação dos vizinhos vai começar uma disputa jurídica, já que o cacique da aldeia comprou o ‘Termo de Posse’. A intervenção pública pode frear o desmatamento, porém não há amparo do município, “Paraty parece às vezes não querer os índios na terra” alega o Sr. George Mendonça Martins, em seu depoimento, conta sobre a importância da participação do Estado na aldeia, e diz que se preocupa que o documento elaborado na reunião não chegue às autoridades responsáveis. Sobre a presença do IBAMA na aldeia Rio Pequeno: Disse, ser necessária uma aliança entre indígenas e o conselho dos indígenas, concluiu”. (Resumo: Ata Sumaríssima Rio Pequeno 26/06/19)

Com relação a questão educacional, a Coordenadora da Comissão Setorial de Educação Marize Vieira do CEDIND, disse que gostaria de saber, se estão entrando recursos da Secretaria de Educação nas escolas indígenas. Pois, no concreto não dar para perceber de concreto, se efetivamente as melhorias nas Escolas das Aldeias estão acontecendo, e questiona-se: “As escolas faltam professores. Na verdade o que falta de fato para haver uma melhora na educação indígena”? Continua:” Ela diz que mesmo com a falta de professores de português e matemática. E os alunos continuam se formando”. Tem que haver uma compensação sustenta: “Ela exige uma política de compensação para os alunos que se formaram sem as aulas necessárias de matérias importantes, como português e matemática, que não podem ser dispensadas”. Com a palavra a Sra. Rônia, diretora do Colégio Indígena Estadual Guarani KaraiKuery Renda, diz que viu muita coisa que não concordava, que constatou, que a SEDUC não parecia ter ciência do que estava acontecendo dentro do colégio indígena. Vejamos o que diz a Ata Sumaríssima; 28/06/19:

[...] “Ela diz que muito do que ela esperava que mudasse não mudou, e assim ela chegou a diretoria de educação, e lá ela pode expor a realidade da causa indígena, calendário irregular, terminando dia 31 de Maio, o calendário escolar da escola indígena não bate com o do restante das escolas, ela conseguiu apoio de um parlamentar para tentar readequar a situação. A diretora do colégio indígena analisa a demora dos professores indígenas serem contratados se dá graças ao esquecimento do Estado com os indígenas. Estão consertando muitas coisas, e uma das situações dos contratos foram melhoradas, porém ela diz que a situação da educação indígena no Estado do Rio é a pior do Brasil, o professor indígena não é formado em Guarani, por isso está tendo dificuldades para dar aula para os alunos, é necessário por questões de pedagogia que os professores indígenas tenham alfabetização em Guarani. Ela relata que a direção da escola foi ouvida pela primeira vez, que quem pisa nas aldeias para ouvir os indígenas são os diretores da escola indígena, a Sra. Rônia diz que haverá novas contratações de professores tanto indígenas quanto “Juruás” para trabalharem em conjunto na alfabetização das crianças indígenas. “E Araponga também irá começar a obra agora diz ela, e conta que há uma oferta de trabalho para trabalhar nas escolas indígenas tanto dos indígenas quanto dos não indígenas”.

Com relação as demandas de Educação nas Aldeias, o jornalista Bruno Affonso, relatou a precariedade das instalações das escolas indígenas de Paraty: em reportagem no jornal Extra de 06/09/15.

[...] “Sem conhecer o indígena não dá para conhecer nosso país. Estudar não é programa de índio em Paraty. As três escolas em áreas de tribos Guaranis, que são consideradas rurais, foram fechadas no fim do ano passado por falta de professores — e só reabriram, em duas delas, no final de agosto. Outra segue à espera. Enquanto isso, as crianças ficaram sem aula ou foram para os colégios em áreas urbanas. — Os colégios da cidade não atendem as necessidades deles. Aqui eles aprendem tudo na língua guarani. Além disso, há problemas no transporte. Os alunos de Rio Pequeno, por exemplo, precisavam às vezes andar até quatro horas para chegar à escola — contou um professor da região que trabalha com os índios. [...]A Escola Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda tem a sede em Bracuí, Angra dos Reis, e três salas de extensão, em Rio Pequeno, Paraty Mirin e Araponga, todas em Paraty. O prédio principal tem quatro turmas e duas salas. No ano passado, ela atendia 132 crianças de 1º ao 5º ano. As salas de extensão — que, em teoria, fazem parte da mesma escola, mas estão em locais diferentes — é que sofrem com a falta de professores. — Moramos a 10km do vilarejo mais próximo onde tem uma escola urbana, mas elas precisam de uma educação específica — conta Tupã Poty, índio de 50 anos que reúne as crianças em um projeto de arte e educação: — Eu ensino um pouco de português e matemática através de trabalhos artísticos. [...]A Escola Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda tem a sede em Bracuí, Angra dos Reis, e três salas de extensão, em Rio Pequeno, Paraty Mirin e Araponga, todas em Paraty. O prédio principal tem quatro turmas e duas salas. No ano passado, ela atendia 132 crianças de 1º ao 5º ano. As salas de extensão — que, em teoria, fazem parte da mesma escola, mas estão em locais diferentes — é que sofrem com a falta de professores”.

Após o levantamento das demandas realizadas na Aldeia Rio Pequeno a serem encaminhadas ao CEDIND. O presidente Carlos Tukano, disse que todas as demandas foram anotadas pela Secretaria Executiva para as providencias necessárias.

**Aldeia Sapukau/Bracuhy – Cedind em 30 de agosto de 2019.** Abrindo a solenidade, o Presidente Carlos Tukano, do Contexto Urbano, dar por aberta solenidade, dando boas-vindas a todos e todas presentes, lembrado que o ciclo de reuniões descentralizadas nas aldeia, como pactuado foram realizadas com sucesso. Aproveitou também para informar que o Cacique Domingues e o Vice-Presidente Nino Benite, não puderam comparecer por motivo outros. Em seguida passou a palavra para o vice cacique Aldo Fernandes Ribeiro da Aldeia Sapukay que abriu a solenidade, na ausência do Cacique Domingues, Falou representando a aldeia. O mesmo agradeceu a presença de todos e pediu para que falássemos primeiro para ele tomar conhecimento dos fatos, e em seguida falaria a respeito. Em seguida foi dada palavra ao professor Argemiro da Silva, Presidente do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio, para colocar a respeito dos problemas da Educação Indígena. Com a palavra, Argemiro contou que a educação se encontra muito precária, Questionou a ausência da FUNAI que deveria estar atuando e simplesmente não aparece para ajudar a população. Lembrou que há 30 anos foi formada a primeira turma

de magistério Guarani, a primeira do Rio de Janeiro. Disse estar feliz com a inclusão (português/Guarani), na formação bilíngue. Luana Braz fez um retrospecto dizendo que a Mesa Diretora do Cedind, deveria criar um protocolo de demandas, e apresentar a Comissão de Educação, para que se possa avançar as demandas de educação. Esclarece que a comissão é Permanente: “Deve-se extrair dali o que de imediato se pode atender as Aldeias com a criação de uma cartilha para com temas relacionados, para que a partir daí: sejam feitas capacitações com os funcionários, para que possam estar preparados para agir diante da população indígena’. Com relação ao ensino médio, Argemiro diz que vê muitas crianças saindo da Aldeia para conseguir se formar fora, e pede devida atenção. “É que as vagas em escolas tradicionais não adianta, pois, o ensino tem que ser diferenciado”. Continua: “Depois de 13 anos na escola comunitária, o Estado tomou posse do prédio e intitulou como escola”. Porém no seu entendimento: “Escola tem que ter: banheiro, refeitório, secretaria, sala de informática e todos os direitos que tem os brancos. O Estado precisa contribuir com a estrutura correta”, conclamou. Lembrando: a Coordenadora de Educação Mariza Vieira, disse que questionou Diretora Rônia em Rio Pequeno, e a mesma respondeu que os alunos terminaram o 9º ano e estavam com diploma e em Paraty Mirim também. Quando perguntado como iria compensar a falta dos professores de português e matemática que nos últimos dois anos não tiveram as matérias. A mesma limitou se a dizer que estava resolvido. “O engraçado é que ninguém da Aldeia está sabendo nada a respeito”. Continuando: “Sobre o ensino médio a mesma disse que iriam começar já”, Mariza Vieira sugere que seja feita uma denúncia, porque, é racismo institucional. “O Estado é racista com a população indígena em todos os sentidos, assim como: saúde, educação, direito a água potável e saneamento”, sentenciou. Com a palavra o Conselheiro Reinaldo Cunha sugeriu encaminhar a comissão de educação, para agendar uma reunião com Secretaria de Educação, com a seguinte pauta: Contratação de professores, e a situação das matrículas no ensino médio”. O Conselheiro Sérgio Ricardo, Grumim, disse que os jovens irão perder mais um ano letivo e cobrou providencias: “Isso é uma questão muito séria, pois devemos comunicar a Defensoria Pública do Estado e a Defensoria Pública da União que estamos em setembro, e os alunos das aldeias estão sem aula e nada acontece”, sugeriu. Conhecendo as demandas de Educação através da Ata enviada ao Cedind, pelos Aldeados de Sapucaí, em 5/11/19.

[...] “A reunião iniciou com a comunidade falando sobre os problemas que a afligiam. Lino: levantou os problemas junto à comunidade e lideranças com relação ao magistério indígena e os problemas que os afeta com relação aos problemas causados pela a direção da escola. Ele relata que o problema começou com a reclamação do transporte e da organização das salas. Ele afirmou que a diretora é preconceituosa com a comunidade e a discrimina. Explicou que o jurúá não conhece a comunidade, e por conta de suas ações ela, a diretora é preconceituosa com as crianças. Já fizeram 3 reuniões que ele relatou estes problemas mas ela responde com ironia. Falou que é bom que o Cristino da FUNAI e eu representando o CEDIND estivéssemos presentes. Ela diz que faz o que a comunidade manda, mas não é isto que ela realmente faz. Não é ela que precisa e sim as crianças e a comunidade. Ela falou que iria começar o curso de formação geral e até agora não começou. Analisou que por falta da sala, estudam

no CEAP, fora da aldeia, enfrentando a noite, chuva e preconceito. Estão fazendo esta reunião em busca de melhorias, e afirmou que quem colocou esta questão da direção foi ele”,

Finalizando a Reunião, o Cacique Carlos Tukano agradeceu aos presentes pelo sucesso, dizendo que o Cedind, é uma instituição que veio pra ficar e fazer.

### **Judicialização da Educação Estado do Rio de Janeiro**

O MPF, Procuradoria da República do Município de Angra dos Reis, ajuizou ação contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro, Ref.: Auto Judicial nº 0500037-43.2015.4.02.5111. A presente Ação: Trata-se de cumprimento de sentença em Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da União e do Estado do Rio de Janeiro, objetivando garantir aos indígenas da região de Angra dos Reis e Paraty o acesso à educação. Esta ação foi julgada parcialmente procedente, condenando o Estado do Rio de Janeiro, em novembro de 2017, na obrigação de fazer para garantir aos indígenas das aldeias de Angra dos Reis e Paraty o acesso ao ensino médio, com habilitação para magistério indígena, diferenciado, bilíngue e intercultural, nos seguintes termos (Evento 143):

"Por isso, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO**, com respaldo no artigo 487, I do Código de Processo Civil, para condenar o Estado do Rio de Janeiro na obrigação de fazer, consistente em garantir aos Indígenas das aldeias de Angra dos Reis e Paraty o acesso ao ensino médio, com habilitação para magistério indígena, diferenciado, bilíngue e intercultural. Diante da presença dos requisitos legais (artigo 300 do CPC), conforme acima esclarecido, **DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA**, a fim de que a oferta do serviço tenha início no ano letivo de 2018, adequando-se o calendário escolar se necessário, seja por meios próprios, mediante a contratação de professores, especialmente indígenas, seja por meio da celebração de convênios ou acordos de cooperação técnico-científica."

Tal Ação foi relativo a demandas apresentadas nos anos de (2019 e 2022) relativo ao menos, as três turmas de jovens indígenas que concluíram o ensino fundamental, mas não deram prosseguimento aos seus estudos em razão da ausência de oferta regular de novas vagas para cursar o ensino médio com habilitação em magistério indígena, que é, na verdade, o objeto da presente demanda ao qual o Estado do Rio de Janeiro foi condenado. Segundo o entendimento:

[...] “A turma iniciada no ano de 2018 e citada pelo réu em sua petição de Evento 248 foi uma forma emergencial (decorrente da condenação em tutela provisória) de ofertar aos indígenas que já haviam concluído o ensino fundamental naquela época a possibilidade de iniciar o curso de ensino médio com habilitação em magistério indígena. Todavia, desde o ano de 2018 não foram ofertadas novas vagas aos alunos que concluíram o ensino fundamental nos anos seguintes, evidenciando que o Estado do Rio de Janeiro tem cumprido tão somente a tutela provisória desta ação. Não há nos autos qualquer indicativo de que o réu tenha adotado providências para o cumprimento da tutela definitiva à qual fora definitivamente condenado no ano de 2019. [...] “Ademais, o Relatório Técnico nº 93/2023 expõe outro problema relacionado à educação indígena nos Municípios

de Angra dos Reis e Paraty: a precariedade e insuficiência das estruturas físicas do Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda. Este fato específico é objeto de outra ACP (JFRJ/AGR-0165836-64.2016.4.02.5111), a qual encontrasse em fase de instrução probatória e aguarda a juntada de um relatório técnico em elaboração por uma equipe de peritos do próprio MPF.

Dentre as melhorias para o pleno funcionamento das escolas indígenas, o MPF destacou:

[..] "1) Criação de turmas indígenas de ensino médio de forma permanente (e não provisória, como vem acontecendo) em Angra dos Reis e Paraty, a fim de atender a todos os alunos aptos das aldeias situadas nesses municípios, cerca de cinquenta, que estão sem estudar desde a conclusão do ensino fundamental, aguardando a oferta por parte da SEEDUC/RJ. 2) Proposta para que, considerando a inexistência de infraestrutura nas aldeias, as turmas aconteçam provisoriamente nos colégios da região, através de parcerias previstas na legislação, sem perder de vista que o ensino médio venha a ser oferecido nos estabelecimentos escolares situados dentro das terras indígenas, assim que sanado o problema da infraestrutura escolar nas aldeias, tratado na ACP JFRJ/AGR-0165836-64.2016.4.02.5111. 3) Proposta para que, tendo em vista a urgência em incluir a demanda represada dos alunos fora da escola, o ensino médio inicie, provisoriamente, sem a habilitação do magistério – ou seja, um curso de ensino médio regular voltado para turmas compostas por jovens indígenas-, até que seja cumprida efetivamente a presente decisão judicial e contemplado o previsto na reivindicação original dos indígenas."

Concluindo a situação de Demandas Judiciais, a Analista do MPU/Períta/Antropologia assinado por Maria Betânia G. G. Duarte, apontou que ainda não foram cumpridas as determinações Judiciais, relativas ao processo PGR-00104240/2023.

[..] “Os guarani continuam demandando da SEEDUC/RJ um curso de ensino médio regular, permanente, com habilitação magistério indígena. Contudo, tendo em vista as três turmas represadas, os cerca de 30 alunos só em Sapukai, sem contar a demanda das outras aldeias, os indígenas propõem a implementação de um curso de ensino médio regular, mesmo sem a habilitação magistério, para início em 2023 ou 2024, a efetiva implementação do ensino médio com o diferencial da habilitação para o magistério. [...] “Em campo observou-se nas aldeias visitadas a persistência de problemas críticos relacionados à educação indígena. A grande preocupação dos Caciques é com o futuro dos jovens que, após a conclusão do ensino fundamental – já precário, diga-se de passagem – abandonam os estudos. [...] “Sobre a proposta de iniciar o ensino médio regular para indígenas, provisoriamente fora da aldeia e sem a habilitação do magistério, até que seja possível o cumprimento integral da sentença judicial, o Cacique da aldeia Sapukai, Prof. Algemiro da Silva, afirma: “O ensino médio que está sendo oferecido não atende à demanda toda das aldeias. A demanda é bem maior. Temos que implantar o ensino médio regular, permanente. Temos 30 alunos só na aldeia Sapukai para o ensino médio regular, sem estudar. Como não dá mais para esperar, a nossa proposta mais imediata é de que conseguir uma sala de aula em escola do Estado, perto da aldeia, para o ensino médio. O projeto de construção de salas de aula na aldeia de Bracuí está em curso. Enquanto se discute onde fazer, como fazer, quem vai fazer, a nossa proposta é começar o ensino médio de imediato, como der, no sentido de levar os alunos infelizmente para fora da aldeia. Eu não

quero dizer que a gente tem como proposta mandar nossos jovens estudar fora da aldeia não. Mas enquanto o projeto de construção ainda estiver andando, a proposta é essa.” Já na aldeia Itaxi, em Parati-mirim, os professores indígenas relataram que o curso ofertado pela SEEDUC/RJ em acordo com a UFF conta com apenas dois alunos de Paraty, da referida aldeia. Não atende, portanto, aos alunos das aldeias de Paraty, que também anseiam pelo ensino médio regular. [...] “O Cacique Karai Mirim contou que, quando se iniciou o projeto de curso de ensino médio com habilitação em magistério indígena, em Angra dos Reis, havia 20 alunos de Paraty interessados. Mas tendo em vista a distância das aldeias de Paraty até o centro de Angra dos Reis, tornou-se muito difícil para os Guarani de Paraty participarem do curso, restando apenas dois que se dispuseram a enfrentar regularmente o longo percurso”.

### **Análise Conclusiva**

A Educação Escolar Indígena no Estado do Rio de Janeiro, nesse ano que se inicia em 2021, em plena crise de pandemia, do COVID 19, acelerou os obstáculos não só aos estudantes indígenas, em Contexto Urbano como em Aldeamento. A começar pela impossibilidade do contato físico e da impossibilidade da ida dos Conselheiros do Cedind visitar as aldeias. Atualmente as reuniões tem sido online o que dificulta o contato direto com a comuna. Com relação as demandas da educação; percebemos que falta uma aproximação maior da Secretaria de Educação com os Conselhos Instituídos: Seja o CEDIND e/ou CIEE. No Dossiê do Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Rio de Janeiro, (2019), foram apontadas as seguintes prioridades: “1- Efetivar o Regime de Colaboração, construindo um Plano de Ação conjunto com Municípios de Maricá, Angra dos Reis e Parati, mediado pelo CEEI-RJ, previsto na Constituição e na LDB; 2- Criar a Categoria “Professor Indígena” no Sistema Estadual de Ensino; 3- Convocar Concurso Público pra Professor Indígena pro CIEGKKR - Colégio Indígena Estadual Guarani Karai Kuery Renda; 4- Convocar Eleição Direta pra Diretor do CIEGKKR, com a participação de professor indígena na gestão; 5- Contratar professores do 1º Segmento, pois: a) Falta prof. na Aldeia Araponga; b) Falta prof. na Aldeia Iriri (Pataxó) em Parati. 6- Contratar 07 professores do 2º Segmento, pois: a) Falta professor de História na Aldeia Sapukai (Angra dos Reis); b) Faltam professores de Matemática, Geografia, Língua Portuguesa, Língua Guarani, Educação Física e Artes na Aldeia Itaxi (Parati). 7- Implantar o Ensino Médio regular no Colégio Indígena; (com a construção de 3 salas de aula: uma para o Ensino Médio e 2 para o Fundamental) 8- Repor as aulas perdidas por falta de contratação de professores no calendário letivo do CIEGKKR para a necessária regularização dos anos letivos anteriores; 09- Implementar obras de infraestrutura nas Escolas, pois faltam salas de aula em: Sapukai (Angra dos Reis), Itati (Parati) e Iriri (Parati). As salas de aula do Fundamental na Aldeia Sapukai são em espaços comunitários improvisados e sem condições mínimas de trabalho, sujeitas à interdição por qualquer fiscalização; não há prédio na Aldeia Iriri; (Não há sala para o Ensino Médio, que vem sendo no CEAV a um custo de transporte mensal muito alto.) 10- Incluir ações de Educação Escolar Indígena no PAR da SEEDUC-RJ em diálogo com o CEEI-RJ, garantindo maior transparência na aplicação dos recursos pra Educação Escolar Indígena; 11- Adquirir Material Escolar para todas as unidades; 12- Programar funcionamento da Secretaria na sede do Colégio Indígena na Aldeia Sapukai; 13- Reativar Sala de Informática no Sapukai e Parati Mirim; 14- Manutenção/Aquisição de equipamentos escolares para regularização da merenda Escolar. (“Faltam freezers e geladeiras”); dentre outros. A Comissão de Educação e Cultura do CEDIND, vem se

esforçando para identificar os problemas e tem estabelecido um cronograma de reuniões, para uma agenda com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Secretário de Educação: Essa contribuições objetos de reuniões da comissão que está sendo construído um documento, foram apresentadas sugestões, e prioridades a serem encaminhadas ao Cedind as instituições como prioridade: “O Concurso Público para Educação Escolar Indígena de Ensino Fundamental e Médio; Ensino Bilíngue, levando em consideração o reforço a língua indígenas, Ainda como contribuição, o professor do Museu Nacional UFRJ, Dr. Nicolas Alexandria, contribuiu ao relatório que está sendo produzido pela Comissão de Educação e Cultura, com as seguintes sugestões: .a) Planejamento de uma agenda de trabalho para definição de estratégias de mobilização das comunidades indígenas do estado do Rio de Janeiro para, a partir do seu protagonismo e interesses, garantir o seu direito constitucional à diversidade linguística, dando o suporte devido à iniciação dos processos de co-oficialização das línguas indígenas, num primeiro movimento, da língua Guarani Mbya, nos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá, através da identificação e montagem de equipes locais; articulação com colaboradores externos; preparação do campo em cada aldeia nesses referidos municípios; .b) Mobilização social das comunidades falantes do Guarani Mbya, como língua materna, no Rio de Janeiro a partir da realização de encontros regionais, seminários temáticos, coleta de depoimentos com os falantes nativos, reunindo dados das aldeias em Angra dos Reis, Parati e Maricá, de modo a constituir um diálogo para salvaguarda das línguas indígenas com as instituições locais de base indígena; .c) Realização de pesquisa de campo e pesquisa documental por meio virtual sobre as línguas indígenas faladas no Rio de Janeiro. Em cada local, a pesquisa de campo será precedida por encontros/rodas de conversa virtuais, com falantes nativos, visando à mobilização social da comunidade indígena, detentora de uma língua indígena, como língua materna, e o levantamento de dados que irá embasar a elaboração do dossiê sobre a situação linguística das línguas indígenas no estado do Rio de Janeiro; .d) Elaboração da Documentação para instrução dos processos de co-oficialização da língua Guarani Mbya junto aos poderes públicos dos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá como forma de promover e incentivar a consolidação de políticas linguísticas, no estado do Rio de Janeiro, vinculadas à cultura, à educação e ao favorecimento da diversidade linguística; e) Elaboração de um documento técnico/relatório sobre as ações culturais promovidas pelas comunidades das aldeias indígenas nos municípios de Angra dos Reis, Parati e Maricá de modo a dar a conhecer o calendário das festividades e a produção cultural indígena, que permitam colocar em relevo características específicas das manifestações culturais indígenas a partir da descrição detalhada de cada uma delas”. Ainda como vimos, o desafio maior é a capacitação de indígenas, para que possam atuar das próprias aldeias, já que são falantes bilíngues. Como ainda não se instituiu o concurso público, o ideal é que se contrate o professor indígena para início das aulas imediatas. Em 2019, conforme constatado pela Coordenadora de Educação Marize Viera, não houveram aulas de português e matemática e não foram repostas, o que considera um absurdo. O Ano de 2020 foi totalmente prejudicado com a pandemia, o que vem acarretando forte prejuízo aos indígenas. No presente a Comissão de Educação e Cultura, fez três reuniões com o Secretario da SEEDUC, Comte Bittencourt e sua equipe responsável pela educação escolar. Em uma Live do Governador em exercício do Estado do Rio de Janeiro Claudio Castro em 14/01/21, o governador falou que visitara as Aldeias de Marica, Paraty e Angra dos Reis. Onde dará prioridade “Conexão de Internet”, A contratação de professores; envio de material pedagógico etc. É aquele velho ditado: vamos ver pra crer”. Os desafios são enormes e os problemas são muitos. Esperamos que saíam do discurso para a prática. Como disse o Cacique Domingos Venite, na reunião na Aldeia Araponga (2019) já

falecido, de Codiv 19: “Antigamente andávamos pela floresta, no caminho da onça, por esse mato a dentro e não acontecia nada. Hoje em dia se formos fazer isso, Juruá vai dar tiro na gente” reclamou, “Não podemos mais caminhar, pois tudo tem cerca, infelizmente”. Com relação ao ambiente escolar ocidentalizado que impõem uma disciplina a margem da comuna, os Conselheiros são unânimes em repudiar essa escola. Pois a escola não pratica ela já existe, ela está Lá, de braços abertos com sua arte, artesanato, língua, cosmologia e saber popular. Com o surgimento das redes sociais, o contato entre parentes e/ou não, aproximou-se muito. É possível a troca de experiência e intercâmbio cultural. Os jovens guaranis como disse o pajé cacique Algustinho da Silva, tem que sair da aldeia para as grandes cidades e isso é ruim. Mesmo pensamento tem o Leonardo, cacique Pataxó. A grande demanda é reforçar com infraestrutura inclusive com estadia para professores indígenas e não indígenas. Se bem que é pedir muito ao Estado. No presente estando as salas de extensão funcionando ou não, a cultura local é muito forte e transcende nossos portões civilizatórios. Em reunião em Araponga, o jovem Alexandre que se prepara para fazer o Enem disse que estudar em escola de Juruá é muito difícil, pois eles não entendem o que é ser indígena. Marize Vieira, disse em reunião com os Pataxós que ela como professora ainda em atividade, com mais de 30 anos de magistério, também sofreu “bullings” mas que isso foi superado na sua escola em Duque de Caxias, com trabalho sistemático com as crianças. Na Feuduc/ Duque de Caxias construíram uma Oca, é tocaram fogo. Eu tive a oportunidade de conhecer e ter aula de Ciências Sociais e Religião com o professor Albertal, que gostava da troca de conhecimento e sinergia na Oca. O grande questionamento que fica é o seguinte: A escola que queremos é ocidentalizada? Creio que não, pois o saber da onça está lá. Quando fomos visitar a Aldeia Araponga, depois do Almoço comunitário, pajé/cacique Acende Fogo falou: “Vamos acabar com essa comida ai, já está dando 15h, é hora da onça caminhar e não devemos deixar o cheiro se espalhar pela mata para não confundir a onça” reclamou. Ai perguntei: Será que ela vai atacar o curumim, retruquei? Ele disse: “A onça conhece esse território, nos conhece. Mas Juruá está aqui e pode confundi-la, e não queremos isso, pois respeitamos a Onça e ela a nós”, resmungou. E continuou: Aqui próximo, tinha um caçador que saia todo dia para caçar onça e o dia dele chegou. Quando ele mirou na Onça, a arma falhou...e a onça atacou. Na mata existem mistérios, encantos, e respeitamos o seu espaço, por isso não saímos por ai para não mexer com a onça”, retrucou. A luta dos indígenas continuam, sejam na escola ou na academia do branco. Soa muitos os desafios...demandas... em um “Rio Carioca” ocidentalizado, encoberto pelo descobrimento. Descobrir o Descobrimento da América “Pindorama”, é uma tarefa de todos nós. A começar com o resgate da nossa língua e/ou línguas e saberes ancestrais. Os desafios não cessaram, estão ai para ser descolonizado. Recente foi publicado em Decreto n.48.638 assinado pelo Governador, foi criado o Colégio Indígena Estadual Guarani no município de Paraty, localizado na Aldeia Paraty-Mirim, o qual será denominado [“TAVA MIRIM”](#). Se vamos avançar com a nova escola, só o tempo dirá. Pois, hoje temos o Ministério dos povos indígenas, e contamos também com [Comissão Escolar Indígena](#): Comissão vai assessorar o Ministério da Educação na coordenação e execução das ações de educação escolar indígena, com formulação de planos e programas de trabalho. **Ações da Atualidade:** No presente, o (MPF) [Ministério Público Federal](#), ajuizou uma [Ação Civil Pública](#), para que o Governo do Estado do Rio de Janeiro, contrate professores das escolas indígenas de Angra dos Reis e Paraty. A ação se deu a partir da [denúncia do CEDIND](#) - Conselho Estadual dos direitos Indígenas do Estado do Rio de Janeiro, para que fossem regulares o ano letivo de 2024, o que não ocorreu. Em inspeção realizada nas quatro aldeias no exercício de 2024, nos dias 15 e 16 de abril, foram constatados que as escolas estavam sem aulas por falta de professores. A Comissão de Educação do

CEDIND, fez diversas reuniões com a SEEDUC, no sentido de encontrar uma solução amigável, sem, contudo, ter êxito. O que motivou inspeção da Defensoria Pública da União e o Ministério Público [ajuizar ação](#). De acordo com a procuradora Fabiana Scheider, autora da ação, “o contexto é desalentador: escolas sem estrutura física digna... professores do ensino fundamental de primeiro e do primeiro segmento; falta formação adequada para os professores indígenas; ausência de creche; acompanhamento pedagógico e inexistência de material didático bilingue. O (MPF) e a (DPU), também requereu que a Secretaria de Educação do Estado do Rio, para que estabelecesse um cronograma com início imediato para a reposição das aulas prejudicadas. A ação Judicial foi considerada procedente, e o TJRJ, estabeleceu um prazo para que o Governador do Estado, via Secretaria de Educação, contratasse de imediato professores indígenas além da reposição das aulas. Tal Ação Civil Pública: 5000553 -20.2024.4.02.5111/RJ, movida a Justiça Federal da 1ª Vara de Angra dos Reis, no [Despacho/Decisão](#). A juíza Monica Maria Cintra Leone Cravo, determinou que o Estado do Rio de Janeiro, que efetivasse imediata recontração de professores, além da reposição das aulas. Afim de fazer cumprir a Decisão Judicial, [o Governador do Estado Baixou o Decreto n. 49.130 de junho de 24](#), autorizando a Secretaria de Educação a firmar contratos com os professores por prazo determinado para atender às Escolas Estaduais Indígenas nos anos Letivos de 24/25, tendo em vista, o Processo Administrativo SEI- 140001/029081/2. D E C R E T A : Art. 1º - Fica a Secretaria de Estado de Educação autorizada a celebrar até 40 (quarenta) contratos por prazo determinado com Professores para suprir as carências nas Unidades Escolares Estaduais Indígenas, sendo: I - até 20 (vinte) Professores para atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com carga horária de 22 (vinte e duas) horas semanais; II - até 16 (dezesesseis) Professores com carga horária de 18 (dezoito) horas semanais e até 04 (quatro) Professores com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Pelo que vimos nos relatos e demandas apresentadas pelo CEDIND/ Comissão de Educação e Cultura. Para efetividade das soluções e prioridades relatadas nas Aldeias Guarani e Pataxó em Paraty/Angra e Maricá: 1. Implantação imediata do ensino médio nas aldeias que tem alunos indígenas que já concluíram o ensino fundamental e estão há mais de dois anos sem poder dar continuidade aos estudos o que traz frustração e ansiedade a estes jovens indígenas; 2. Criação, no plano de cargos e salários da SEEDUC, dos cargos de magistério indígena e outros cargos afins a uma escola indígena como: educador indígena, professor da cultura e da língua Guarani que é a língua falada por todos os indígenas das aldeias Guarani de Paraty, Angra dos Reis e Maricá, e os cargos de merendeiras, limpeza, zelador etc; 3. Definir o plano de carreira para os professores, educadores indígenas e demais cargos das escolas indígenas, com vistas a integrar os profissionais que trabalham nas escolas estaduais das sete aldeias do Rio de Janeiro nas carreiras de magistério da SEEDUC; 4. Realização de concurso específico pra preencher os cargos de magistério indígena e cargos afins das escolas nas aldeias Guarani e Pataxó do Rio de Janeiro; 5. Ampliação do número de salas de aulas e demais instalações das escolas estaduais das aldeias de Araponga, Itaxim, Rio Pequeno e Sapukai, bem como a nomeação dos seus respectivos diretores e vice-diretores; 6. Inserir a aldeia Pataxó do Iriri, em Paraty, nas políticas públicas de educação escolar indígena, pois essa comunidade indígena Pataxó está desassistida pela SEEDUC; 7. Adoção de material didático na língua Guarani falada nas sete aldeias existentes em Paraty, Angra dos Reis e Maricá, como já ocorre há vários anos nas escolas indígenas de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e de outros estados onde há comunidades Guarani. Numa primeira fase, poderão ser adotados materiais usados nesses outros estados e criado um grupo de trabalho com professores indígenas e da SEEDUC para criar material local; 8. Promover maior integração da SEEDUC junto a

Secretaria Municipal de Educação de Maricá que, desde 2014, através de convênio celebrado entre as secretarias do estado e do município, ficou responsável pelas escolas indígenas nas duas aldeias Guarani situadas nos bairros de Itaipuaçu e em São José de Imbassaí; 9. Adequação da merenda escolar das escolas indígenas aos hábitos culturais e alimentares do povo Guarani, incluindo itens como farinha de mandioca, fubá, milho, canjica, frutas, verduras e outros itens que fazem parte da alimentação tradicional do povo Guarani, bem como a contratação de merendeiras indígenas moradoras das aldeias; 10. Dar maior transparência aos recursos destinados pela SEEDUC às escolas estaduais indígenas do estado do Rio, de modo que os caciques e lideranças das aldeias tenham ciência e possam validar a destinação, bem como acompanhar sua aplicação; 11. Discutir com as lideranças e professores indígenas das aldeias a melhor forma de oferecer os cursos de magistério indígena para que sejam mais acessíveis aos indígenas de todas as aldeias do estado do Rio interessados em formar-se em magistério indígena; 12. Reativar o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena que se encontra inativo há vários anos, promovendo a atualização do seu estatuto e elegendo novos conselheiros. A Deputada Estadual Dani Balbi, entrou com um Decreto Legislativo, onde cria a carreira de Professor Indígena, do Grupo Ocupacional Educação do Quadro do Magistério Público do Estado do Rio de Janeiro: [“Fundamenta-se nos direitos das comunidades indígenas à educação escolar com utilização de suas línguas maternas e secundárias e dos processos próprios de aprendizagem”](#). Contudo, muita coisa tem acontecido no presente: a começar com a reforma das escolas em Sapucaí e Rio Pequeno o que vai propiciar uma educação de qualidade para o futuro. Sem contudo não nos esqueçamos a sabedoria guarani: “A Educação se faz de baixo da árvore”.

#### **Agradecimentos Especiais:**

Edmundo Pereira - Antropologia Social pelo PPGAS/MN/UFRJ.

Comissão de Educação e Cultura do CEDIND – Amarildo Vera Yapua; Daua Puri; Toni Lotar – Fundação Darcy Ribeiro; Márcia Martins; Marize Guarani; Paraí Márcia Araponga; Wanderley Céu Azul; Algemiro Karai Mirim - Sapukai; Mariana Paladino; Martinha Mendonça – Araponga; Tayna Alvares – UERJ/Mata Verde Bonita; Zélia Puri – Ressurgência Puri.

Coletivo de Estudantes Indígenas – UFRJ – Marcele Bessa; Damiris IFCS

Coletivo Arco Potiguara: Sérgio Ricardo; Djalma Filho; Carolina; Evandro; Targino; Jaqueline Pessoa; Luiz Silva; Okara yby; Sãmehy Apoema; Abi Poty;

NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas

Professor Wallace de Moraes - NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígenas  
Jadir Brito, professor de Direito Constitucional da UFRJ, sobre Direitos Humanos, PPDH/UFRJ.

Reinaldo de Jesus Cunha: Mestrando em Antropologia Social, UFRJ/Museu Nacional – [reinaldopotiguara@gmail.com](mailto:reinaldopotiguara@gmail.com)

Kelly Russo: Doutora em Educação Brasileira (PUC-Rio), Mestre em Ciências Sociais e Educação (FLACSO-AR); Pós-Doutorado em Antropologia Social (PPGAS-Museu Nacional) e em Educação e Interculturalidade (Centro de Estudos sobre Etnicidade e Educação da Universidade de Montreal). Kelly Russo - [kellyrussobr@gmail.com](mailto:kellyrussobr@gmail.com)

Ana Beatriz: Enfermagem, FAETC – Secretaria de Estado e Educação do Estado do Rio de Janeiro; Turismo graduação UFF e-mail: [biapazaraujo72@gmail.com](mailto:biapazaraujo72@gmail.com)

Eliane Potiguara: Doutora honoris causa pela UFRJ; Formada em Letras e Educação[2], licenciou-se em Letras (Português e Literatura) e Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e tem Especialização em Educação Ambiental pela UFOP.

### Certificados e Moções:

**XIV RAM**  
Reunião de Antropologia do Mercosul  
Reconhecidos e desafiados a partir do sul global

1 a 4 de Agosto - 2023  
Univ. Federal Fluminense (UFF)  
Niterói - Rio de Janeiro

### CERTIFICADO

Certificamos que **Reinaldo de Jesus Cunha** apresentou o trabalho **A Educação Indígena no Caminho da Onça & Resistência ao Etnocídio de Estado** no grupo de trabalho **GT 18: Antropologia e educação: pesquisas etnográficas, práticas e diálogos interculturais** da XIV Reunião de Antropologia do Mercosul, realizada entre os dias 1 e 4 de agosto de 2023 na Universidade Federal Fluminense em Niterói, Rio de Janeiro.

Niterói, 04 de agosto de 2023

*Renata de Sá Gonçalves*  
Renata de Sá Gonçalves  
Presidente da XIV Reunião de Antropologia do Mercosul de 2023

Organizadora: UFF  
Patrocinadora: ABA, FAN, CONSELHO DE ARTES UFF, CAPES, CNPq, FAPERJ, Síntese

**III Congresso Internacional Mundos Indígenas**  
Agências, Direitos, Patrimônios e História Ambiental os  
Passado e no Presente dos Povos Indígenas do Américas

### CERTIFICADO

Certificamos, para os devidos fins, que **REINALDO DE JESUS CUNHA** realizou a apresentação do trabalho intitulado **A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO CAMINHO DA ONÇA & RESISTÊNCIA AO ETNOCÍDIO DE ESTADO**, na modalidade PÔSTER, no Simpósio Temático 6 - O ENSINO DA TEMÁTICA INDÍGENA E OS 10 ANOS DA LEI Nº 11.645/2008: EXPERIÊNCIAS, DISCUSSÕES E PROPOSTAS, no âmbito do III CONGRESSO INTERNACIONAL MUNDOS INDÍGENAS (2021) realizado de forma virtual, entre os dias 02 e 05 de Novembro de 2021.

*Eliane Ricarte Apolinário*  
Profa. Dra. Eliane Ricarte Apolinário  
Coordenadora Geral

Realização: UFF, ABA, FAN, CONSELHO DE ARTES UFF, CAPES, CNPq, FAPERJ, Síntese

## Referências Bibliográficas:

Aldeia Vertical: jornal Extra. 11/08/14; Cunha, Reinaldo de Jesus. [https://www.youtube.com/watch?v=G\\_3axjIPaIE&t=742s](https://www.youtube.com/watch?v=G_3axjIPaIE&t=742s)

Aldeia de Bracuhy – Angra dos Reio X Ordinária Cedind 1 Parte [https://www.youtube.com/watch?v=vNOpsdiw\\_d8&t=16s](https://www.youtube.com/watch?v=vNOpsdiw_d8&t=16s)

Aldeia Pataxó Iirir – Paraty Parte 2 [https://www.youtube.com/watch?v=nZqVp\\_x5gXs](https://www.youtube.com/watch?v=nZqVp_x5gXs)

ATAS DO CEDIND /Conselho Estadual dos Direitos Indígena RJ [https://www.aula.org.br/atas/Atas\\_Assembleias\\_Cedind.htm](https://www.aula.org.br/atas/Atas_Assembleias_Cedind.htm); Cunha, Reinaldo de Jesus.

Assembleia do CEDIND na Aldeia Ará Hovy - Maricá RJ - 25/10/ 2019 <https://www.youtube.com/watch?v=K2jMBV1N18w&t=3141s>

A Ética da Filosofia Kemética em Maat, e Intercessão da Cosmologia indígena de Xapiri na Aldeia Maracanã; Cunha, Reinaldo de Jesus. <https://www.aula.org.br/Editorias2019/Jornal-AULA/XAPIRI.pdf>

Ancestralidade Degenerada Em Lixo Urbano Y Aldeia Maranhã <https://www.aula.org.br/Editorias2019/especial/02.htm>; Cunha, Reinaldo de Jesus.

Aldeia Mata Verde Bonita - Marica RJ - Abril 2019-; [https://www.youtube.com/watch?v=G\\_3axjIPaIE&t=742s](https://www.youtube.com/watch?v=G_3axjIPaIE&t=742s)

Bergamaschi, Maria Aparecida. **Nembo'e: educação escolar nas aldeias guarani.** Revista Educação: Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1 (61), p. 109-132, jan./abr. 2007b Disponível:<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/542/378>. Acesso em 10 de dez. 2016.

CEDIND – Comissão de Educação e Cultura: OFÍCIO CEDIND/SESDSDH nº 001/2024 - Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2024; <https://www.aula.org.br/Editorias2024/Oficio-Seeduc-Aldeias.pdf>

DELIBERAÇÃO CEE Nº 286 DE 09 DE SETEMBRO DE 2003 [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CEE-RJ\\_Deliberacao2862003.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CEE-RJ_Deliberacao2862003.pdf)

DECRETO Nº 49.130 DE 05 DE JUNHO DE 2024 – CLÁUDIO CASTRO - GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - <https://www.aula.org.br/Editorias2024/D.O.06-06-2024-DECRETO-49130.pdf>

Despertar o Índio Dentro de Nós e Resinificar nossa vidas; <https://www.aula.org.br/Editorias2018/Jornal-AULA/Jornal-2018-004.htm>  
[https://www.aula.org.br/atas/Atas\\_Assembleias\\_Cedind.htm](https://www.aula.org.br/atas/Atas_Assembleias_Cedind.htm) Povos originários do Brasil; Cunha, Reinaldo de Jesus. <https://www.aula.org.br/Editorias2018/especial/01.htm>

Fesival da Articulação de Agroecologia AARJ/Metraopolitana –Fundição Progresso - Cunha, Reinaldo de Jesus. <https://www.youtube.com/watch?v=YTXobNERLFQ>

Ipa Theã One: Flexa para o coração da sociedade não indígena. KOPENAWA – Fora do Lugar de Fala? Cunha, Reinaldo de Jesus. <https://www.aula.org.br/Editorias2019/Materias-Reinaldo/Texto-reinaldo-.pdf>

INDICAÇÃO LEGISLATIVA – CARREIRA DE PROFESSOR INDÍGENA - Deputada Dani Balbi: <https://www.aula.org.br/Editorias2024/Proposta-Carreira-Professores-Indigenas.pdf>

Justiça Federal - 1ª Vara Federal de Angra dos Reis – Despacho/Decisão – Mônica Maria Cintra Leone Cravo, Juíza Federal Substituta - <https://www.aula.org.br/Editorias2024/Decisao-Despacho.pdf>

Ludmila Moreira Lima/Representante da ABA no CEDIND-RJ; <https://www.aula.org.br/Editorias2019/Jornal-AULA/Relatorio-ABA-CEDIND.pdf>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - Ref. inquérito Civil nº 1.30.001.001302/2024-86: <https://www.aula.org.br/Editorias2024/Inicial.pdf>

Não Sou Índio Sou Guarani & A Luta Natural Contra o Estado; <https://www.aula.org.br/Editorias2019/Materias-Reinaldo/Texto-reinaldo-29102019.pdf>  
- Cunha, Reinaldo de Jesus.

Rádio Aldeia – UFRJ – Coletivo de Estudantes Indígenas: <https://radio.ufrj.br/programas/radio-ufrj-radio-aldeia>

Rádio Yandê - Anápuàka Muniz Tupinambá Hã hã hãe - <https://radioyande.com/>

Yvyrupa - A sabedoria Mbya Guarani, desconstruindo preconceitos e transformando Maricá: <https://drive.google.com/file/d/1mU0jkEGJ-u9LM0sYji9QHEb7cJp5EWI3/view>